

## **Jornalismo Comunitário: Uma Apropriação Para Se “Fazer Próximo”? – Um Estudo Sobre o Jornal Liberal 1ª Edição<sup>1</sup>**

Fernanda D. LIBDY Miranda<sup>2</sup>  
Prof. Dra. Rosaly de Seixas BRITO<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### **Resumo**

Em 2011, o “Jornal Liberal 1ª edição” da TV Liberal, afiliada da Rede Globo, mudou seu formato. A partir de então, o telejornal adotou como princípio editorial o “jornalismo comunitário” televisivo. Este trabalho tem o objetivo de investigar como se configura esta modalidade de jornalismo e problematizá-la. Para tanto, foi selecionada uma amostra de onze programas transmitidos entre 2012 e 2014, analisados com base em Traquina (2001), Fausto Neto (2011), Luiz Martins da Silva (2002), Sá Barreto (2009), entre outros autores. O objetivo primordial da pesquisa foi verificar se a apropriação do termo jornalismo comunitário funciona mais como uma estratégia de midiática para a aproximação do telejornal com o seu público e, conseqüentemente, conquistar melhores índices de audiência, ou se há relações mais complexas que visam uma maior participação dos telespectadores na vida pública.

### **Palavras-chave:**

Jornal Liberal 1ª edição; jornalismo comunitário; Rede Globo; Estratégia de midiática.

### **Introdução**

Antes de ingressar na faculdade, pensava que o jornalismo comunitário fosse voltado para auxiliar na melhoria de vida das pessoas de determinada comunidade (FESTA, 1986; PERUZZO, 1998). Acreditava que ele era um meio que mostrava as pessoas como personagens ativos dentro de sua comunidade, capazes de se opor aos meios massivos. Não estava errada, mas, depois de um tempo conheci outro tipo de “jornalismo comunitário”. Mas esse, era produzido pelos meios de comunicação de massa (TRAQUINA, 2001)<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo da Intercom Junior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Pará, UFPA, e-mail: f.libdy.miranda@gmail.com

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará, FACOM/UFPA, e-mail: rosalybrito@gmail.com

<sup>4</sup> Segundo Traquina (2001, p.173), o movimento do “jornalismo comunitário ou cívico”, surgiu nos EUA, por volta de 1998, quando as empresas jornalísticas estavam passando por um momento de descrédito, graças à cobertura, “marcada pela publicidade negativa”, no período da campanha presidencial. Então, era necessário que um novo tipo de jornalismo, baseado na opinião dos cidadãos e não apenas em fontes oficiais, fosse levado em consideração por estas empresas.

Constatei este fato pela primeira vez em 2011, quando um dos principais telejornais locais, o Jornal Liberal 1ª edição, que assistia mudou de cenário e também de formato.

Pensando que este fenômeno era algo novo na época, já que os demais telejornais locais se voltam mais à linha policial, este foi o primeiro fator que motivou este estudo. Em um segundo momento, vi este trabalho como uma oportunidade de iniciar uma discussão em torno da apropriação do termo “jornalismo comunitário” por empresas jornalísticas, orientadas por lógicas mercadológicas e políticas, diferentemente do jornalismo comunitário alternativo, de oposição.

Após revisão bibliográfica sobre o tema, foi feita a seleção do objeto empírico deste trabalho: uma amostra aleatória de onze programas do Jornal Liberal 1ª edição (JL1), transmitidos entre os anos de 2012 a 2014, foi selecionada para a análise do tipo qualitativa, traçando, assim, uma pesquisa exploratória<sup>5</sup>.

E, a partir deste momento, a principal problemática a ser desvendada era: como se dá esse tipo de jornalismo, autointitulado comunitário, em um telejornal de traços eminentemente mercadológicos?

Então, partindo da análise destes programas busca-se entender como se configura essa modalidade de telejornalismo e até que ponto ele estabelece uma proximidade efetiva com o público; quais as estratégias por ele utilizadas para estabelecer essa proximidade e que elementos permitem pensar a conexão entre essa forma de jornalismo e a sociedade em uma era de intensa midiatização (FAUSTO NETO, 2010).

## **1. Abordando o objeto**

### **1.1 Jornal Liberal 1ª edição e seu jornalismo comunitário**

Inserido dentro da definição de “jornalismo comunitário” praticado por empresas jornalísticas, a primeira edição do telejornal local “Jornal Liberal” produzido pela afiliada da Rede Globo no estado do Pará, a TV Liberal, também utiliza esta terminologia para se referir ao gênero jornalístico produzido por eles.

---

<sup>5</sup> Por se tratar de um tema e objeto de pesquisa ainda pouco explorado, a pesquisa exploratória tornou-se mais viável para auxiliar a elaboração deste trabalho, então, utilizamos dois processos bastante comuns neste tipo de pesquisa: a revisão bibliográfica e uma abordagem qualitativa do *corpus*, não os prendendo a um tipo de análise mais técnica, quantitativa (Gil, 2008). *Ver mais na página 4.*

No dia 27 de junho de 2011, o Jornal Liberal 1ª edição (JL1) estreou um novo estúdio, como marco para o início de um telejornal “mais próximo” ao telespectador.

Entre outros elementos relacionados ao novo formato, que supõe maior interação com o telespectador, o (a) apresentador (a) não fica mais sentado (a) atrás da bancada.

Como explicou Mônica Maia, que à época da mudança era editora-chefe da primeira edição do Jornal Liberal: “A Priscilla Castro (apresentadora) está mais solta, mais livre no estúdio. Isso é muito interessante, pois ela interage mais com o telespectador. Com este novo formato a comunidade vai poder ajudar a fazer o jornal. O telespectador vai poder mandar vídeo, fotos, ser colaborador” (ORM, 2011).

Vale mencionar que a palavra “comunidade”, no referido telejornal, é sinônimo de “pessoas que moram em certo bairro”.

## 1.2 Visão Panorâmica: sobre a estruturação do programa

O Jornal Liberal 1ª edição é dividido em três blocos. Em algumas reportagens ou notas ao vivo, há utilização do helicóptero da Liberal, o Libcop, que faz imagens panorâmicas, a partir das quais o apresentador ou repórter tece seus comentários ou repassa notas de fontes oficiais. Há também quadros fixos como o “Desaparecidos”, exibido às terças-feiras, e o “Fala Saúde”, às quartas-feiras.

Há a seção “Você no JL1”, na qual aparece foto ou vídeo feito pelo telespectador e informações dadas por este, sobre o problema enfrentado em sua comunidade ou entorno. O apresentador mostra o material, tece breves comentários. E, ao final repassa ao telespectador a resolução, se houver, informada por algum órgão competente.

É disponibilizado um *gadget* (dispositivo) com o nome de “Vc no G1” no site do G1 Pará<sup>6</sup>, no qual o telespectador pode mandar o seu material de “denúncia”. Este também pode ser enviado para o e-mail da redação, informado pela apresentadora durante o telejornal.

Vale mencionar que este formato de telejornal local não é adotado apenas pela TV Liberal, enquanto afiliada da Rede Globo, mas também por outras afiliadas da emissora.

---

<sup>6</sup> Site do G1 Pará no endereço: <<http://g1.globo.com/pa/para/index.html>>

Diante dessa questão do formato, a pesquisadora Virgínia Sá Barreto<sup>7</sup> avalia que “a Globo prescreve às suas emissoras coligadas que produzam nesse horário um ‘telejornal comunitário’, isto é, ‘voltado para as comunidades locais’” (2011, p. 93).

No entanto, ela também afirma que cada afiliada, apesar de ter que seguir certo “padrão” em relação à Rede Globo, possui certas peculiaridades e até mesmo autonomia para definir qual seria a sua “comunidade” e como “trabalhar” nesta (SÁ BARRETO, 2011, p. 94).

### 1.3 A metodologia para análise

Como a motivação para este estudo se deu, primeiramente, por inclinações/curiosidades pessoais, optamos por uma análise menos categórica – diferente da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), por exemplo. O objetivo, a partir de uma análise escolhida, seria obter uma visão geral sobre este telejornal.

Então, escolhemos fazer um estudo qualitativo que engloba a análise exploratória, pois, geralmente, esta envolve levantamento bibliográfico e documental, além de ser desenvolvida “com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27).

Como o próprio conceito de jornalismo comunitário/público<sup>8</sup>, praticado por empresas jornalísticas, ainda é pouco estudado em nosso país, a análise exploratória se tornou ainda mais adequada, já que este objeto de pesquisa ainda é pouco explorado (BABBIE, 1986 *apud* PIOVESAN & TEMPORINI, 1995).

Então, separamos uma “amostra aleatória” (BAUER & GASKELL, 2002), que proporcionasse uma visão geral sobre a estrutura do telejornal e como se dá o seu “telejornalismo comunitário”, usando, também, como aportes os estudos de teóricos como Luiz Martins da Silva (2001), Nelson Traquina (2001), Antonio Fausto Neto (2011), Eliseo Verón (2004), Umberto Eco (1984), para analisar o objeto deste trabalho.

A partir disso, o objeto empírico para análise é uma amostra constituída por onze programas exibidos entre os anos de 2012 e 2014. Mais precisamente, os programas dos dias:

---

<sup>7</sup> Sá Barreto (2009) fez um estudo sobre dois telejornais comunitários de uma afiliada e de concessionária relacionadas à Rede Globo – o NETV, telejornal de meio-dia da “Globo Recife” e o “Jornal do Almoço”, da RBS – e a relação destes com a referida “cabeça de rede”.

<sup>8</sup> No cenário brasileiro, Luiz Martins da Silva (2006, 2010) possui estudos voltados à relação entre jornalismo (praticado tanto por órgãos públicos ou ONGs, quanto por empresas), cidadania e interesse público, denominando, assim, este tipo de “jornalismo público”.

07 e 13 de agosto, 21 de setembro e 29 de outubro de 2012; 16 de abril, 08 de maio, 03 de junho e 07 de agosto de 2013 e, no ano de 2014, os programas dos dias 12 de fevereiro, 15 e 19 de setembro, os quais podem ser acessados no *streaming* de vídeos do JL1<sup>9</sup> na página do G1 Pará.

A seleção desses programas priorizou os dias em que quadros como “Desaparecidos”, “Fala Saúde” eram exibidos – por haver uma chamada do apresentador solicitando a participação do público –, assim como os programas que continham reportagens sobre problemas de infraestrutura/serviços em determinada(s) comunidade(s) ou, notas, reportagens que foram feitas a partir de denúncias de cidadãos.

Cabe ressaltar que a análise não é feita em ordem cronológica de exibição dos programas, mas sim, a partir das recorrências e regularidades verificadas entre eles, quer seja pela estrutura de sua produção e/ou pela temática abordada.

## 1.4 Política

### 1.4.1 Eleições em 2012 e a atual gestão municipal: O que foi feito para “ligar” os cidadãos à política de Belém?

Uma parte da amostra foi selecionada considerando tratar-se de um ano eleitoral, no qual os cidadãos tiveram que escolher seus representantes municipais por meio do voto, momento semelhante ao que gerou, nos Estados Unidos, o “jornalismo cívico” ou comunitário (TRAQUINA, 2001).

#### 1.4.1.1 Séries e entrevistas com os candidatos a prefeito: até que ponto elas foram relevantes?

Dois meses antes das eleições municipais, o JL1 anunciou, no dia 13 de agosto de 2012, que a partir daquele dia estaria exibindo uma série de reportagens sobre as eleições para ajudar os telespectadores a elegerem o prefeito e os vereadores. Haja vista que “o jornalismo pode e deve ter um papel no reforço da cidadania, melhorando o debate público e revendo a vida pública” (ROSEN, *apud* TRAQUINA, 2001, p. 172).

Sob o título “Reportagens especiais ajudam o eleitor a entender as funções de prefeitos e vereadores”, o vídeo inicia com a apresentadora falando que o JL1 pretende ajudar o

---

<sup>9</sup> Vídeos dos programas disponíveis em: <<http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-1edicao/videos/>>.

telespectador a escolher seus candidatos, a começar pelo esclarecimento das funções intrínsecas a prefeito ou vereadores, o que seria responsabilidade de cada um. E, como forma de compartilhar um pouco deste processo de produção, “legitimando” a série, a apresentadora chama os três repórteres que produziram o material.

A repórter que vai ter sua matéria transmitida em seguida a introduz assim: “E você sabe quais são as responsabilidades do prefeito?”, e então diz que é isto que o telespectador (ainda se dirigindo diretamente a este) vai ver.

E a “força dessa verdade que o apresentador anuncia e impõe, quem sabe até implicitamente, é tal que, conforme já foi visto, pode ocorrer que alguém creia que esteja se dirigindo exclusivamente a ele” (ECO, 1984, p. 189), numa tentativa de fidelização da audiência.

As reportagens desta série abordavam temas como segurança pública, educação da esfera municipal, saneamento, vagas em creches para comportar todas as crianças do município.

Esta série, informando as diferentes competências dos respectivos políticos, é útil para que o cidadão saiba que tem o direito de cobrar e como fiscalizar as ações destes.

Entretanto, “chamar” o telespectador a fiscalizar, participar ativamente da política que o cerca ao final de uma reportagem, não implica um engajamento real e constante.

Assim, para o jornalismo cívico, torna-se um imperativo que o jornalismo encoraje o envolvimento do cidadão na vida pública, desenvolvendo nos jornalistas uma nova perspectiva – a “perspectiva do participante justo” – com utilização de um novo conjunto de instrumentos de trabalho (MERRITT *APUD* TRAQUINA, 2001, p. 179).

Um destes instrumentos – útil, principalmente, em um período eleitoral – seria a comunicação, pessoal ou por meio de dispositivos de comunicação, dos jornalistas com alguns representantes de diferentes comunidades para saber o que eles esperam dos candidatos, quais são os seus reais problemas enfrentados (MERRITT, 1995 *apud* TRAQUINA, 2001). E não sobre “problemas” resultados de especulações da empresa jornalística. A partir deste processo, seria possível decidir como o jornalista daria voz a este cidadão para que ele estabelecesse um diálogo direto ou indireto – pela intermediação destes profissionais – com os seus candidatos.

No entanto, é possível notar que ao final de uma série de entrevistas (última entrevista exibida em 21 de setembro de 2012) a cinco candidatos, selecionados segundo sua pontuação

em uma pesquisa de Ibope encomendada pela emissora, todas as perguntas eram feitas pelo jornalista de acordo com os temas de saúde, educação, transporte, mas não havia nenhuma pergunta de telespectadores, ou de algum líder que representasse sua comunidade.

No segundo turno, diferente do primeiro, houve debate promovido pela TV Liberal entre os dois candidatos a prefeito. Mas todas as perguntas eram feitas pela produção do programa. Não havia nenhuma pergunta feita direta ou indiretamente por um eleitor.

Se a essência do jornalismo comunitário é o distanciamento por esta busca acelerada por notícias – segundo Silva (2002), o “valor-notícia” neste tem de ser diferente do jornalismo tradicional que busca o “furo”, o “exclusivo” a qualquer custo –, da “postura cínica para com a vida na política”, da “dependência excessiva nas fontes oficiais” e da “desatenção flagrante para com os cidadãos enquanto participantes ativos na vida pública” (TRAQUINA, 2001, p. 183).

#### **1.4.1.2 Reportagens produzidas após as eleições de 2012: afinal, a gestão municipal continua e os problemas/projetos também.**

No dia seguinte ao resultado da votação do 2º turno, 29 de outubro de 2012, que elegeu o novo prefeito de Belém, o Jornal Liberal 1ª edição anunciou uma série de reportagens que mostraria os problemas enfrentados pelas comunidades a serem resolvidos pela nova gestão.

Com este tom de desafios a serem superados, a apresentadora chama um repórter que está ao vivo no cruzamento entre duas ruas do Tapanã (bairro de Belém), onde não há pavimentação, nem sistema de esgoto e o mato encobre o espaço que seria destinado a calçadas. Este aborda alguns moradores que estão pelo local e pergunta como é para caminhar, se deslocar naquele trecho. Os moradores obviamente reclamam das dificuldades, inclusive, um cadeirante diz ser arriscado cair devido aos buracos ao longo das ruas.

Diante este trecho da reportagem ao vivo, é possível avaliar a montagem de um “cenário” para ser televisionado. Pois, apesar do fato se desenrolar ao mesmo tempo em que o telespectador assiste à reportagem, foi a própria “comunidade” que denunciou a situação a um meio massivo que lhe desse visibilidade, logo, já havia algumas fontes principais a serem entrevistadas, enquanto, outros apenas “atuavam” no espaço como costumavam fazer. Logo, a TV, o telejornal em questão, mostra uma realidade construída, que acontece daquela forma porque está sendo televisionada (ECO, 1984, p. 186).



Após esta parte ao vivo, o repórter chama outra reportagem, já gravada previamente, sobre problemas semelhantes que ocorrem em outro bairro, Cabanagem.

É interessante ressaltar que na última reportagem citada, a “TV (Liberal) fala da própria TV (Liberal)” (ECO, 1984). Há referência à outra matéria feita pela emissora cerca de cinco meses antes, provando que nenhuma melhoria tinha sido feita no local. E, ao final desta, a apresentadora lê a nota do órgão responsável – SESAN (Secretaria Municipal de Saneamento) –, dizendo que há o projeto, mas, ainda não há verbas.

Após a transmissão de outras notícias, a apresentadora diz que há outros problemas naquela localidade. Destaca que foi uma telespectadora do JL1<sup>10</sup> que denunciou esta situação informando que eles já estavam há cinco dias sem água.

O repórter ainda ao vivo, mas agora dentro da casa de um morador, abre as torneiras constatando que não há água, anda pelos cômodos da casa e pergunta como o morador faz para se abastecer de água. Este, por sua vez, o acompanha, mostrando como faz para realizar suas tarefas, após, conseguir armazenar alguma água (da chuva ou em poço da casa vizinha).

O jornalista é a testemunha naquela cena (FAUSTO NETO, 2011). A essa nova relação entre fonte e jornalista, no qual a fonte é vista como personagem e o jornalista enquanto ator também da cena, e não mais mero “transmissor”, Fausto Neto (2011) denomina de “atorização”.

Em síntese, após reportagens ao vivo entremeadas por outras que retratavam a mesma realidade em diferentes lugares e por notas dos setores competentes lidas geralmente pela apresentadora, esta também informa aos cidadãos que todas as respostas obtidas sobre os projetos que foram prometidos e outros recursos eram da antiga gestão, destacando a importância de que a nova gestão começaria a gerir em 2013.

Nota-se que a resolução efetiva dos problemas é deixada em segundo plano. Os moradores entrevistados “pedem socorro” em um momento, mas, no final, acabam não recebendo ajuda.

Então, não seria mais produtivo o telejornal tentar estabelecer um diálogo entre os cidadãos e a nova gestão relacionada a estes órgãos competentes? Acerca deste ponto, Luiz

---

<sup>10</sup> Mais um “dispositivo” para tentar fidelizar a audiência e que demonstra uma maior participação do telespectador na produção do telejornal.



Martins da Silva (2002) afirma que o jornalismo dito comunitário (ou público, como ele prefere chamar) tem de ter:

[...] a intenção de não apenas se servir dos fatos sociais no que eles apresentam de dramático, mas agregar aos valores/notícia [news values] tradicionais elementos de análise e de orientação do público quanto a soluções dos problemas, organizações neles especializadas e indicações de serviços à disposição da comunidade: endereços, telefones úteis, faxes, e-mails, sites etc. (SILVA, 2002, p. 4).

#### 1.4.2 Período de eleições para governo do estado em 2014

Nas edições dos dias 15 e 19 de setembro de 2014, oito minutos da programação do telejornal foram reservados para a entrevista com os candidatos ao governo do Pará.

A entrevista foi feita por dois jornalistas da TV Liberal, Priscilla Castro e Fabiano Villela.

A primeira entrevista (15 de setembro) e a última (19 de setembro) entraram nesta amostra, pois, no primeiro dia, o candidato entrevistado era o atual governador do Estado do Pará, Simão Jatene (PSDB), e no último, foi a vez de Helder Barbalho (PMDB), candidato de oposição nas eleições de 2014, que, segundo as pesquisas, também possuía um alto índice de aceitação por parte dos cidadãos. Helder também é filho de Jader Barbalho, proprietário do Grupo RBA de Comunicação, principal concorrente das Organizações Rômulo Maiorana – responsáveis pela produção do Jornal Liberal 1ª edição.

Nesse sentido já haveria uma restrição da participação pública neste telejornal local, pelo fato de estarem em cena candidatos que mobilizavam diretamente os interesses econômicos e políticos da TV Liberal, em que o telejornal é veiculado, comprometendo, assim, a informação de qualidade (PERUZZO, 2005, p. 78).

E esta inclinação política transpareceu nas entrevistas. A princípio, todas as perguntas se pautariam nos respectivos planos de governos dos candidatos.

Na entrevista com Simão Jatene, as perguntas giraram em torno de temas como segurança pública, educação, questão do esgoto e água encanada. Estas sempre partiam de uma reportagem ou informação noticiosa divulgada em sua maior parte por esta emissora.

De modo geral, não houve grandes embates na entrevista com Jatene. Já com o candidato Helder foi diferente. As perguntas pareciam mais se basear em sua campanha política do que em seu plano de governo. A primeira foi sobre o que seria “o novo” de sua

campanha, já que ele vinha de um partido tradicional (PMDB) e de uma família de políticos, e outras duas perguntas sobre a questão do separatismo do Pará, tentando fazer com o candidato expusesse de forma explícita a sua posição favorável à divisão.

Se, por um lado, o telespectador fica afônico quando o assunto é política, o telejornal faz o seu próprio palanque utilizando-se das figuras públicas.

A este respeito Sá Barreto (2009, p. 293), ao estudar dois telejornais locais veiculados pela Rede Globo, assinala que os assuntos de uma “comunidade simbólica” se restringem a denunciar o descaso público, no entanto, não há espaço para que as pessoas se mobilizem enquanto cidadãos e eleitores. As “manifestações” (reclamações) são feitas individualmente.

## **1.5 Infraestrutura:**

### **1.5.1 Falta de água, pavimentação e má conservação de praças são motivos de denúncias dos moradores.**

Do dia 07 de agosto de 2012 a 12 de fevereiro de 2014, foram veiculadas cinco matérias de cunho comunitário, segundo a definição construída pelo Jornal Liberal 1º edição.

As matérias deste tópico abordam diferentes tipos de “denúncias” (falta de água, de pavimentação, saneamento básico, abandono de praças) feitas pelos telespectadores.

O “cenário” se repete nestas: o repórter fala ao vivo de um determinado local “problemático” e a apresentadora mantém um diálogo em tempo real com ele, carregado não só das informações dadas “ao vivo”, mas também de suas impressões (opiniões) sobre o caso. A problemática se desenrola ao longo do programa, que é entremeado por outras notícias já gravadas.

Fato que ilustra o caráter opinativo adotado foi o veiculado em 07 de agosto de 2013. Os moradores do bairro do Jurunas estavam sem energia justamente no dia em que começava a valer o aumento de 11,54% sobre o valor da energia elétrica. A todo o momento os comentários tanto do repórter quanto da apresentadora demonstravam que aquele aumento não condizia com a qualidade do serviço.

Ao falar com uma das moradoras que teve prejuízo devido à falta de energia, o repórter, de forma dramático-cênica e didática, explica de forma breve que a cidadã pode pedir o reembolso do prejuízo junto à Celpa (Centrais Elétricas do Pará S.A). Logo, o referido jornalista funciona “como mediador junto aos órgãos competentes ou orientando-as (as

peças comuns) nas suas práticas sociais quanto aos seus direitos e deveres. Noutras palavras, prestando-lhes serviços midiáticos” (SÁ BARRETO, 2009, p. 285).

No dia 07 de agosto de 2012 e no dia 16 de abril de 2013, por exemplo, a falta de água foi denunciada por moradores de diferentes bairros (o primeiro era da Marambaia e o segundo, do Marex).

Com o decorrer destas matérias, outras pessoas em outros bairros também passaram a recorrer aos canais que estavam ao seu dispor (telefone, redes sociais, e-mail) para falar com a redação relatando falta d’água nos seus respectivos bairros. Sobre este acontecimento, continua Sá Barreto (2009, p. 280): “trata-se de um telejornal [...] que orienta o que dizer e como dizer, logo, implica modos de seleção e tratamento da notícia”.

No dia 12 de fevereiro de 2014, más condições de praças foram tema de duas matérias de cunho comunitário – uma localizada no conjunto Médici, na periferia da cidade, e a outra era a Praça da República, no centro da cidade. Na edição de 16 de abril de 2013, a ênfase foi para a falta de pavimentação em uma rua da Marambaia, bairro periférico da cidade. Já na edição de 8 de maio, o assunto em foco foi o lixão a céu aberto no canal do Galo, localizado entre os bairros do Barreiro e da Sacramento, também situados na área periférica da cidade.

Como podemos observar, as matérias mencionadas, ditas de interesse da comunidade, são basicamente um espaço para denúncia dos cidadãos. Como se toda e qualquer “denúncia”, ou apenas esta, fosse de interesse público (SILVA, 2006, p. 48). Além de predominar os “assuntos-ônibus” (BOURDIEU, 1997) – relacionados à infraestrutura – para não causar um estranhamento no telespectador, não levantando problemáticas mais complexas.

Ocasionalmente, o Jornal Liberal 1ª edição também mostra casos que já foram resolvidos e outros que ainda não foram solucionados de acordo com o prazo estabelecido pelo órgão competente. Como a reportagem exibida no dia 16 de abril de 2013, que recapitula a falta de água encanada a partir de trechos da reportagem que denunciava o problema, aliada à confirmação de moradores entrevistados na reportagem mais recente.

Ao final da reportagem, como já há água chegando às torneiras, aparece o selo, no estilo de um carimbo, em que está escrito “JL TV – Resolvido”, e a apresentadora pede que os moradores continuem informando sobre a resolução ou não dos problemas, afirmando que este é objetivo do telejornal “ajudar você a resolver os problemas das comunidades”.

Neste caso, podemos notar que há estabelecido um tipo de “contrato” (VERÓN, 2004, p. 218-219). Este contrato gira em torno da imagem de quem fala (nesse caso, do jornalista desta emissora de televisão), da imagem do destinatário (telespectador) e dessa relação entre destinatário e emissor (jornalista) produzida no e pelo discurso. Além da “auto referência” (ECO, 1984) como forma de legitimar o que está sendo transmitido e para quem está a transmitir.

## 1.6 Quadros

### 1.6.1 “Desaparecidos” e “Fala Saúde”: Usando as novas mídias para “interagir”

Quando a *internet*, com suas novas tecnologias/mídias, começou a ganhar espaço, muitos temeram o fim da televisão, mas, como Jenkins (2009) afirma, a TV não é um mero meio de comunicação, ela também é um meio cultural e meios culturais são mais difíceis de ser substituídos.

Com o passar do tempo, o formato dos telejornais mudou. Vídeos, imagens amadoras estavam sendo acrescentados ao material “padrão” (técnico) dos telejornais de grandes emissoras (FAUSTO NETO, 2011). Facilitado, principalmente, pelas “novas tecnologias”, como *smartphones*, o telespectador foi colocado em uma posição de participante deste processo produtivo. Já que a “sociedade em vias de midiatização”, segundo mesmo autor, possui essa possibilidade de participação. Mas é o repórter/jornalista que tem que chamar a atenção para o seu trabalho, então, ele é o *medium* que intermedia a relação entre as possíveis ações dos “receptores” por esses meios e o conteúdo, editoria do telejornal.

Partindo das novas (*smartphones*, por exemplo) e antigas mídias (telefone fixo, a própria TV), os telespectadores são chamados pelos jornalistas para participarem dos quadros, direta ou indiretamente.

O Quadro Desaparecidos, por exemplo, é um quadro fixo que geralmente é transmitido da Praça da República, no centro da cidade. Como é o caso dos exibidos no dia 07 de agosto de 2012 e 16 de abril de 2013.

Às terças-feiras, pessoas que possuem parentes ou amigos desaparecidos vão ao local, levando uma foto do desaparecido. Trata-se de um quadro de serviço, no qual o jornalista explica qual procedimento deve ser tomado (registrar um boletim de ocorrência de imediato), e, mantendo o “contrato” estabelecido, afirma que caso o telespectador tenha alguma notícia sobre alguma daquelas pessoas é só informar à redação do programa.

Já no quadro Fala Saúde, no qual diferentes problemas de saúde são abordados e, com a participação de um especialista no estúdio, a apresentadora faz algumas perguntas dos telespectadores para que este profissional ajude na detecção do problema, prevenção e/ou tratamento. Na edição anterior ao dia de veiculação do quadro, telespectadores são convidados a escolher um dos dois temas e a participar por meio de seus diferentes canais, mandando suas dúvidas.

No dia 8 de maio de 2013, o tema era sobre hepatite C. No final, são citados os locais que fazem este diagnóstico e oferecem tratamento gratuito. No dia 12 de fevereiro de 2014, sobre o chulé – contava com uma arte ilustrando as causas e como prevenir o odor – e no dia 07 de agosto de 2013, cujo tema era sobre problemas de coluna em crianças causados por mochilas escolares inadequadas, o especialista ilustrava sua fala com um esqueleto humano posto no estúdio e com o auxílio de um menino e diferentes mochilas que ele poderia querer usar. Ao final, a apresentadora também convida o telespectador a esclarecer outras dúvidas com o especialista que estará no *chat* do G1 Pará.

O telejornal é transmitido em um ritmo mais lento, com “*soft news*”, para que haja participação do telespectador por diferentes meios, e para que este possa desenvolver outras atividades cotidianas sem perder muitas informações (SÁ BARRETO, 2009, p. 280).

## **Conclusão**

A partir deste estudo sobre o Jornal Liberal 1ª edição buscava-se entender a base de seu jornalismo autointitulado comunitário. A hipótese com que trabalhamos é de que este termo e algumas estratégias seriam utilizados para dar a sensação de proximidade deste telejornal com as “comunidades” para as quais presta o seu serviço, aumentando, assim, a sua audiência.

Ao analisar o objeto no referido período – a estrutura não mudou muito até primeiro semestre de 2015 – observamos que, obviamente, não possui um caráter que fomente mobilização coletiva e mudanças sociais defendidos pelos meios comunitários/alternativos, já que trata-se de telejornalismo de uma empresa jornalística. Também não segue a essência do jornalismo comunitário norte-americano, já que não estabelece uma relação com os moradores, telespectadores mais participativa, engajada no cenário político (Traquina, 2001).

E, quanto ao “jornalismo público” de Luiz Martins da Silva (2002) que defende não ser só a mídia que pauta, “agenda” os assuntos do público, mas também a sociedade o faz?

Como pudemos atestar pela análise da amostra, as únicas pautas que constam na comunidade são as do tipo de denúncia, como a falta d'água, de energia, de saneamento adequado.

Como se apenas esse tipo de denúncias fossem de interesse público (SILVA, 2006). E quanto a outros assuntos que interessam às “comunidades”? Como sobre o emprego do dinheiro público, em que setores e proporções ele é investido? Quais ações prometidas e que foram cumpridas por candidatos ao final de seu mandato?

Nada desses questionamentos vem a público. Raramente, vemos esse *feedback* dos partidos políticos, porque a comunidade imaginada por este telejornal, e por outros telejornais locais, parece ser acrílica, que simula uma indignação momentânea diante de um problema corriqueiro, a qual “necessita” apenas de informações leves (SÁ BARRETO, 2009).

Quanto aos quadros que pedem participação do público, são, também, dispositivos utilizados para simular essa proximidade entre o telejornal e o telespectador. Pois, qualquer material e pergunta que forem enviados passará pelo filtro da linha editorial da empresa. O material amador e o restante do telejornal cumprem, assim, um “papel didático”.

Valendo-se do termo “comunitário”, o telejornal transmite a sensação de proximidade com as comunidades, mas ao mesmo tempo, deturpa o conceito de “mobilização”, “transformação” intrínseco à apropriação dos movimentos populares. Denúncias – utilizadas como um sinônimo simplista de interesse público –, abordagem de “assuntos-ônibus” – como os corriqueiros relacionados à infraestrutura – e “auto referência” (do próprio telejornal) presume ser o tripé que serve de base para o jornalismo comunitário do Jornal Liberal 1ª edição.

No entanto, não apenas esta TV, mas empresas jornalísticas em Belém do Pará que declaram, implícita ou explicitamente, fazer um jornalismo para a comunidade, precisam enxergar o “telespectador” como um cidadão potencialmente ativo também, e principalmente, na vida política, para, então, melhorarem a qualidade do telejornalismo paraense.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FAUSTO NETO, Antonio. **A circulação além das bordas.** In: Mediatización, Sociedad y Sentido: Diálogos entre Brasil e Argentina. Rosário: UNR, 2010.

\_\_\_\_\_. **Transformações nos discursos jornalísticos:** a atorização do acontecimento. Trabalho apresentado no 9º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (Rio de Janeiro, ECO- Universidade Federal do Rio de Janeiro), novembro de 2011.

FESTA, Regina. **Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa.** In: FESTA, Regina; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (Orgs.). Comunicação popular e alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

ORM News e Portal ORM. **TV Liberal lança novo cenário e novo formato de telejornalismo.**

Disponível em: <[www.ormnews.com.br/noticia.asp?noticia\\_id=540022#.VKxYxHtr1-8](http://www.ormnews.com.br/noticia.asp?noticia_id=540022#.VKxYxHtr1-8)> e <<http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=540022&|tv+liberal+lan%C3%A7a+novo+cen%C3%A1rio+e+novo+formato+de+telejornalismo#.U5IFrHJdVht>> Acesso: 10 dez. 2013.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mídia regional e local:** aspectos conceituais e tendências. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Poscóm – Unesp a. 26, n. 43, p. 67-84, 1º semestre 2005.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa exploratória:** procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. São Paulo: Universidade de São Paulo – Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública, 1995. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89101995000400010&script=sci\\_arttext&tlng=>](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89101995000400010&script=sci_arttext&tlng=>)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SÁ BARRETO, Virgínia. **Comunidades midiáticas e culturas:** as interrelações dialógicas na produção dos telejornais da Globo NETV e Jornal do Almoço. Mediaciones Sociales, n. 4, I semestre 2009, p. 277-296. ISSN electrónico: 1989-0494. Trabalho apresentado no NP Comunicação e Culturas Urbanas.

\_\_\_\_\_. **Reflexões teórico-metodológicas para uma investigação das inter-relações entre jornalismo e cultura televisiva.** In: MALDONADO *et al.* Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. P. 91-109.

SILVA, Luiz Martins da *et. al.* **Jornalismo Público: o social como valor notícia.** Texto encaminhado ao GT Estudos de Jornalismo da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). XI Encontro Nacional (30 de maio e 2 de junho de 2002). Rio de Janeiro: UFRJ.

SILVA, Luiz Martins. **Jornalismo e interesse público.** In: SEABRA, Roberto; SOUZA, Vilvaldo de (Org.) Jornalismo político: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo Cívico: Reforma ou Revolução?** In: O Estudo do Jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

VERÓN, Eliseo. **Espacios enunciativos del noticiero televisivo:** um retorno del enunciado. In: Bulletin CERTEIC nº 10. Universidade de Lille, Paris. 1989 (tradução de Maria Inês Palleiro – UBA – Buenos Aires), p. 28-35.